

Mudança de *habitus*: como o uso de novas tecnologias altera a rotina de trabalho e a identidade dos jornalistas de impresso¹

Naiana Rodrigues da Silva²
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Neste artigo, investigamos como o uso de um celular multifuncional pelos repórteres do jornal Diário do Nordeste ilustra transformações na rotina do jornalismo impresso com a presença das novas tecnologias no cotidiano de produção. De 2008 a 2011, os repórteres do DN iam para a rua com a função também de fazer um registro audiovisual das pautas para ser veiculado no portal do periódico. Esse fenômeno motivou nossa pesquisa de mestrado em torno da construção da identidade do jornalista de impresso diante do uso das novas tecnologias, concluída em 2011. O presente artigo traz algumas reflexões advindas com a observação empírica realizada na redação do Diário, destacando, sobretudo, as relações de poder e mudanças na rotina de trabalho dos profissionais de impresso embasadas no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1989).

Palavras-chave

Habitus, jornalismo, rotinas produtivas, poder simbólico, identidade

A rotina não é tão simples quanto parece

Foi-se o tempo em que jornalista de impresso saía para fazer reportagens munido apenas de papel e caneta. Primeiro, veio o gravador de áudio e agora os smartphones, notebooks, câmeras de vídeo e tablets. Uma verdadeira parafernália técnica acompanha os profissionais na busca de informações em campo. Mais do que ferramentas para apuração e registro dos fatos, o uso desses aparatos revela uma verdadeira metamorfose em um fazer jornalístico secular e com códigos e normas de ação “sacralizados”.

Essa mudança caracteriza a constituição de um perfil de profissional diferenciado, que expande seu “saber-fazer” para além da elaboração de textos e não fica restrito à esfera individual, da experiência particular de cada um. Ela está expressa no espaço de trabalho, na infraestrutura da redação e nas relações sociais, fundamentando assim posições hierárquicas e conflitos de poder.

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo impresso, no XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora substituta do curso de Jornalismo da UFC e professora do curso de Jornalismo da Faculdades Nordeste (Fanor).

O poder aqui mencionado não é oficial, explícito, nem está relacionado com a função institucional ocupada pelos jornalistas. Trata-se do poder simbólico a que se refere Pierre Bourdieu (1989), uma forma de poder que está, muitas vezes, invisível e não é reconhecida tanto por quem o exerce quanto por aquele que está sob seu julgo.

As relações de poder que se desenham no espaço social da redação giram em torno de questões como: conflito de gerações, realização de projetos editoriais especiais e contratação de novos profissionais. Nesses casos, quem têm poder passa a ser admirado ou invejado pelos outros membros da redação. A visibilidade de alguns profissionais e os sentimentos que despertam nos demais podem ser explicados por Bourdieu (1989, p. 12), quando observa que: “a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização”.

Ou seja, os jornalistas dominantes são aqueles que ditam práticas eficientes e eficazes no que diz respeito não só à competência cognitiva, mas à competência de conduta³ (GUERRA, 2008), na qual se inclui, sobretudo, o relacionamento com a hierarquia superior no espaço da redação. Consequentemente, aqueles que pleiteiam ou almejam essas transformações a todo custo e não as alcançam ou ainda outros que demonstram posição acomodada acabam relegados ao papel de dominados. E, nesse quesito, não se encaixam apenas os repórteres, mas jornalistas que ocupam cargos de chefia e comando, o que deixa claro que o jogo de poder simbólico está para além das hierarquias formais do espaço da redação.

Como ilustração do poder hierárquico na redação, podemos destacar uma situação narrada por um dos profissionais do Diário do Nordeste. Contratado como repórter, o jornalista 8, assim como muitos outros da instituição, acumula funções relativas à produção do impresso que vão para além da prática da reportagem, incluindo a edição. Encarada, geralmente, como oportunidade de aprendizado, essa dupla função, no entanto, acarreta conflitos, à medida que a atuação do repórter ameaça a autoridade do editor:

No caderno onde eu trabalho, eu sou repórter, mas não faço só reportagem, eu edito matérias... Até porque a gente recebe matérias de oito sucursais, então, realmente precisa. É ótimo poder fazer isso, porque você agrega um aprendizado, de cortar texto, de acrescentar texto, de fazer formas, de editar mesmo, é muito

³ Conforme Guerra (2008, p. 111), os jornalistas possuem três competências técnicas: cognitivas, técnica e de conduta. “As competências dizem respeito aos conhecimentos prévios necessários ao exercício da atividade. Dão conta basicamente das necessidades relacionadas ao conhecimento dos fatos (competência cognitiva); aos procedimentos adotados tanto com os profissionais quanto com as demais pessoas envolvidas na cobertura (competência de conduta), e à elaboração material do produto a ser disponibilizado (competência de produção)”.

legal. Eu tive um ganho muito significativo, mas o meu ponto de conflito é porque, por exemplo, a pessoa me manda editar uma página, ela me atribui essa responsabilidade, mas eu não tenho uma atuação livre em relação a essa responsabilidade. Aí, fica o conflito, porque eu acho que existem dois jeitos de você gerenciar uma equipe, ou você faz isso de forma vertical, como uma pessoa que manda e o restante obedece, ou você faz uma coisa mais horizontal, em que, cada um tem suas responsabilidades. Nessa coisa vertical, a pessoa tem todos os méritos, mas também todas as responsabilidades. Nessa coisa horizontal, os méritos e as responsabilidades são divididos. A questão com meu superior é que o mérito é individual, mas a responsabilidade é coletiva. Muitas vezes, eu vi o seguinte: se saiu uma coisa que não ficou legal na matéria, “Mas porque você não me mostrou?”. Só que ela vê todas as páginas. Quando ela não vê, ela diz assim: “Ah, deixei passar”. Mas, se sou eu que estava responsável pela página, “Ah, mas você não viu. Você não me mostrou”. E, de certa forma, fica aquela coisa que a culpa é sua. E eu acho que falta um pouco de abordagem, de jeito (JORNALISTA 8, 25 de novembro de 2010).

Esse jogo de relações de poder e mesmo as posições de dominação ou de submissão não estão expressas nos manuais ou códigos relativos à profissão, nem mesmo nas teorias do Jornalismo. Ele se constrói e é apreendido na vivência cotidiana, nos interstícios do exercício do que recomendam os guias práticos e teóricos, no que Bourdieu (1989, p. 61) considera como *habitus*: “O *habitus*, como indica a palavra é um conhecimento adquirido”. O *habitus* jornalístico é composto por repetições e expectativas de ação que dão ao profissional o domínio da situação e das regras estabelecidas pelos sujeitos que, reconhecidamente, podem determinar padrões de conduta e comportamento a serem seguidos pelos demais na redação. Dessa forma, o *habitus* corresponde à materialização das regras, ideais e paradigmas do campo jornalístico no dia a dia da profissão.

Para Bourdieu (1989, p. 64), o campo é um “espaço social de relações objetivas”. Daí porque se pode falar em campo do Jornalismo, pois há códigos, normas e regras que estabelecem, objetivamente, as relações e práticas entre os sujeitos (manuais de redação, código de ética, técnicas de entrevista e apuração, dentre outros). Todo esse conjunto de elementos objetivos que integram a formação teórica do jornalista, quando postos em prática, formam o *habitus* da profissão, manifesto por meio de ações ordinárias indispensáveis para a operacionalização do campo jornalístico.

Contudo, enquanto o campo é objetivo, o *habitus* se reveste de caráter subjetivo, pois como se manifesta a partir das vivências, por mais que as regras sejam as mesmas para os jornalistas situados em qualquer parte do País, o *habitus* criado pelos profissionais da redação do Diário do Nordeste será, indubitavelmente, diferente do *habitus* instituído em outra redação jornalística do País ou do mundo.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se

joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbítrio e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Baseada na definição de campo social do próprio Bourdieu (1989), Woodward (2000, p. 30) destaca que participamos de diferentes campos sociais e, em cada um deles, gozamos de certa autonomia e de poder de escolha dentre os elementos materiais que o campo nos fornece para ocuparmos um determinado lugar e posição. Sendo assim, na medida em que o campo sofre alterações, o lugar que os sujeitos ocupam pode ser modificado também. Daí porque o uso de um celular causou tanta celeuma dentre os profissionais do Diário. O aparelho marca um processo de mudança dentro do campo social do jornalismo, o que afeta o posicionamento, o local que os jornalistas ocupam nesse referido campo. Para compreender como se deu esse processo no Diário do Nordeste tivemos que adentrar, literalmente, no *habitus* da redação, e observar, dentre outras coisas, a relação dos jornalistas com o espaço, o ambiente de trabalho e a nova prática de gravação de vídeos para veiculação na versão online do jornal.

O lugar de trabalho

O jornalista vive em três espaços ou mundos: o de casa, da rua e o da redação ou do trabalho (TRAVANCAS, 2011, p. 30). Na redação, ele permanece, no mínimo, sete horas, por conta da carga horária oficial. Mas, geralmente, essa jornada é mais extensa, abarcando até 10 horas. Essa vivência intensa do trabalho acaba fazendo da redação mais que um local de exercício técnico, também um espaço de trocas afetivas. Sentar, todos os dias, ao lado da mesma pessoa gera, inevitavelmente, um vínculo social entre elas, daí porque uma reforma física que implica a reorganização dos lugares dos jornalistas nesse espaço termina gerando desconforto e descontentamento para muitos profissionais.

Conforme Isabel Travancas (2011):

Uma redação se resume em uma enorme sala bastante iluminada artificialmente e repleta de mesas, cadeiras muitos terminais de computador e vários telefones. Uma sala fechada com películas solares nos vidros ou persianas que não permitem a entrada de luz, fazendo com que os que nela trabalham percam a noção de tempo, a não ser pelo relógio da parede e pelo próprio ritmo do trabalho, também configura a redação. O ar-condicionado fica ligado a uma temperatura bem baixa por causa dos terminais de computador, e os ruídos são intensos e incessantes. Hoje em dia os ruídos não provêm mais dos sons das máquinas de escrever, mas das conversas em voz alta, da campanha dos telefones e do entre e sai de gente (TRAVANCAS, 2011, p. 24).

Aos elementos observados pela autora, acrescentamos a disposição de telas de TV em toda a extensão da redação, sintonizadas em canais de notícias. Porém, basicamente, a redação do DN atendia ao padrão de ambiente descrito por Travancas (2011) até bem pouco tempo, quando foram instaladas salas de vidro que funcionam como estúdios de TV (web ou broadcasting)⁴ dado o processo de integração das redações jornalística, uma tendência nas empresas, como observam Salaverría e Negrodo (2008).

Enquanto no plano físico prevalece certa padronização na organização das redações de jornais impressos, no plano simbólico, esses ambientes se tornarão heterogêneos graças ao *habitus* que é experimentado e moldado pelos sujeitos. Os jornalistas, a partir de suas vivências, fazem com que a redação seja ressignificada tanto do ponto de vista funcional quanto do lado afetivo, contribuindo para que deixe de ser um espaço impessoal e caracterizado pela mobilidade e passagem (a redação funciona em três turnos, portanto, ao longo do dia, diferentes profissionais passam por ela), ou seja, um não-lugar, conforme a definição de Marc Augé (2006), para assumir a feição de lugar.

Para a antropologia, o lugar é um espaço fortemente simbolizado, ou seja, é um espaço no qual podemos ler, em parte ou sem sua totalidade, a identidade dos que o ocupam, as relações que mantêm e a história que compartilham (AUGÉ, 2006, p. 107).

Em linhas gerais, os não-lugares, de que fala o autor, são espaços em que não são estabelecidas relações sociais duradouras. Dessa forma, para os profissionais que apenas cumprem suas tarefas rotineiras e saem sem estabelecer vínculos sociais fortes com os demais, a redação é um não-lugar. Por sua vez, para aqueles que constroem laços fraternos, por exemplo, a redação é um lugar. Esses sentidos e vivências diferenciados mostram que o que cada um faz do espaço é que dirá se este se constitui em um lugar ou não (AUGÉ, 2006, p. 111).

Essa discussão demarca a atividade dos sujeitos, pois eles, a partir da experiência cotidiana, atribuem valores e significados ao que está em seu entorno, sejam as estruturas físicas ou outros sujeitos. Em nossa pesquisa, nos focamos nessa cotidianidade que os jornalistas do DN partilham, ou seja, no *habitus* construído por eles, que não se restringe ao espaço da redação, estendendo-se para a rua, um prolongamento do local de trabalho.

⁴ No fim de 2011, o Diário do Nordeste inaugurou seu canal televisivo na web (TV DN) que funciona na redação do impresso. E, no início deste ano, a redação da TV Diário (canal do Sistema Verdes Mares, grupo de comunicação que engloba também o DN) foi transferida para um espaço ao lado da redação do impresso. Porém, o estúdio da TV Diário, de onde são transmitidos os telejornais, funciona dentro da própria redação impressa.

O *habitus*, portanto, envolve mais que o espaço, trata-se da articulação simbólica e material das regras do campo do jornalismo, adaptadas às condições materiais, ideológicas e técnicas da instituição e ressignificadas na ação de cada sujeito. Por conta disso, o *habitus* coloca em relevo a posição identitária ocupada pelos profissionais e de que forma esse posicionamento se insere no jogo de relações de poder e de força dentro da redação.

A essas relações serão acrescentadas ainda as formas como os jornalistas negociam o uso das novas tecnologias no ambiente de trabalho. A introdução do celular multifuncional na rotina de produção dos repórteres do Diário é uma alteração do *habitus* desses profissionais que irá repercutir na constituição do campo da profissão. A primeira mudança que esse fenômeno acarreta diz respeito às ferramentas de trabalho usadas pelos repórteres para apuração dos fatos.

Os principais instrumentos de trabalho de um repórter de jornal são papel e caneta ou lápis; já o de televisão, além de papel e caneta, conta com grande aparato técnico, que inclui três auxiliares – um cinegrafista com a câmera de vídeo, um iluminador e um responsável pelo VT, que opera o aparelho (TRAVANCAS, 2011, p. 47).

Os instrumentos de trabalho dos jornalistas são significantes que marcam a posição dos sujeitos no amplo universo da prática profissional. Conforme Woodward (2000), há uma associação entre a identidade dos sujeitos e os objetos que usam, portanto, o bloco e a caneta são símbolos que constituem a identidade do jornalista de impresso, enquanto o microfone, por outro lado, caracteriza a identidade do repórter de televisão.

Dessa forma, a introdução de um novo instrumento no trabalho de apuração do repórter de impresso representa uma mudança significativa no *habitus* da profissão nos séculos XX e XXI.

Os aparelhos para além de suas funções técnicas

O celular desponta como significante dos novos tempos, da emergência de uma nova modalidade jornalística (jornalismo multimídia) e do conjunto de novas regras de trabalho que essa prática está moldando. Além disso, o aparelho multifuncional simboliza a constituição de um novo perfil de profissional, o polivalente (SALAVERRÍA E NEGREDO, 2008), trazendo consigo o incremento da competência cognitiva do repórter de impresso (GUERRA, 2008) e até mesmo caracterizando o que Silva (2009) considera uma nova modalidade jornalística, o jornalismo móvel.

Guerra (2008) observa que cada suporte técnico requer do jornalista o manuseio específico de determinados equipamentos e, conseqüentemente, dos códigos lingüísticos relacionados a ele, que irão lhe possibilitar a construção de um discurso jornalístico específico. “O suporte na esfera da produção tem uma implicação direta para o desempenho geral do trabalho da organização: as possibilidades do suporte definem por si só um padrão técnico de operação para o qual os profissionais deverão dispor de habilidades específicas” (GUERRA, 2008, p. 170).

No caso do impresso, o suporte de veiculação irá requerer do jornalista o domínio do código da escrita, que se faz presente não só na redação final da matéria, mas do próprio processo de apuração. Contudo, a prática do jornalismo multimídia agrega outros elementos à cena técnica desse campo que, necessariamente, não são utilizados para aprimorar o suporte impresso. O celular multifuncional era usado pelo jornalista para que este fosse além da apuração a qual estava habituado a realizar e produzisse, na própria cena do acontecimento, no “aqui e agora” da ação, um conteúdo que era levado a público, praticamente da mesma forma que realizado, já que os vídeos não eram submetidos a uma pós-produção e sim a um processo básico de edição.

Ou seja, se antes o repórter de impresso era aquele que gozava, dentre outros profissionais de veículos diferentes, de mais tempo para a realização de seu produto final, agora, com o jornalismo móvel (SILVA, 2009) e o jornalismo multimídia, ele também é submetido à mesma instantaneidade do rádio e da televisão, tendo que sintetizar o que considera o essencial do fato jornalístico em um breve registro audiovisual.

Tais experiências demonstram um alto nível de correlação entre as mídias de massa e as mídias de funções pós-massivas e mudanças nas rotinas produtivas dos jornalistas a partir de um *deadline* distinto do da mídia tradicional tendo em vista a condição maior de mobilidade física e informacional dos repórteres com conexão permanente com o ciberespaço e, por conseguinte, com a redação através de conexões 3G e *Wi-Fi*. Outro fator é a portabilidade destes dispositivos híbridos móveis digitais que permitem que sejam carregados até em um bolso (SILVA, 2009, p. 82).

Do leque de recursos enumerados pelo autor, no DN, o celular convertia-se no único instrumento para a prática do jornalismo móvel, que se limitava aqui à portabilidade do aparelho, já que a conexão com a redação, por exemplo, não podia ser estabelecida, pois o aparelho era bloqueado tanto para a função de voz quanto para acesso à web, convertendo-se assim em uma câmera.

Apesar de os entrevistados⁵ de nossa pesquisa garantirem que a gravação dos vídeos não implicava em um consumo maior de tempo durante o trabalho de apuração, o que se observava, contudo, é que quando os repórteres do impresso saíam com o celular para realizar os vídeos, as prioridades, na hora da apuração, começaram a entrar em confronto.

A cobertura audiovisual requer imagens, ação, enquanto a apuração para o impresso necessita de checagem de informações, pesquisa, depoimentos de fontes diversas e observação (PINTO, 2009). Diante desse dilema, os repórteres do DN priorizavam a apuração para o impresso, pois dedicavam mais tempo de realização para ela em vez do registro dos vídeos.

Os depoimentos que se seguem mostram claramente a opção de alguns repórteres. O primeiro deles é um profissional com 30 anos de idade e quase 10 anos de atuação somente no *Diário do Nordeste* e cuja experiência lhe possibilitou criar critérios particulares de noticiabilidade (WOLF, 2005) relativos à gravação dos vídeos:

Eu priorizava o bloco, a caneta e o meu celular particular. Porque eu visualizava: eu vou descer agora, aqui não vai ter vídeo pra fazer. Não é todo lugar que rende vídeo, eu não fazia vídeo de tudo (JORNALISTA 4, 29 de novembro de 2010).

O jornalista 7 justifica sua opção em priorizar o impresso com um dos aspectos do processo de apuração de notícias: a observação. O comprometimento da observação dos personagens e da ação na cena do acontecimento é corrente nos depoimentos dos profissionais e caracteriza ainda uma divergência no processo cognitivo de produção da notícia.

A nossa proposta no jornal é tentar cada vez mais humanizar as matérias, então como é que se humaniza se você não conversa? Você precisa observar o momento da ação que está acontecendo e conversar com as pessoas naquele momento, se eu paro para ficar gravando tudo o que está acontecendo, aquilo ali me atrapalha muito. Ou eu gravo ou anoto. Quando eu estou numa situação dessas, eu anoto, eu prefiro ter o meu material do que ficar filmando, entendeu? Então o que é que eu faço? Eu chego, entrevisto a pessoa, faço toda a minha entrevista, quando, por exemplo, é uma apresentação de dança, aí eu filmo. Mas, primeiro, eu faço a minha parte que vai pro meu texto. Como é que eu vou escrever o texto se eu não consegui conversar com a pessoa, captar o sentimento ali, perceber como é que ela está vendo? Então, a minha prioridade fica sendo o meu material, o material impresso (JORNALISTA 7, 13 de outubro de 2010).

O jornalista 9, profissional que somente trabalhou em impresso ao longo dos seus mais de 20 anos de carreira, complementa o exemplo de prioridade do impresso em

⁵ Fizemos entrevistas semi-abertas com 19 jornalistas, sendo 17 do impresso e dois do online, entre repórteres, editores, chefes de redação, diretor-editor e jornalistas que já não estavam mais nos quadros funcionais da instituição.

detrimento da realização do vídeo mesmo quando executava primeiro o vídeo. Ao cumprir com a “obrigação” do relato audiovisual, ele podia se concentrar na apuração mais elaborada para o impresso:

Quando eu ia, por exemplo, pra um evento interno (reunião, palestra), eu procurava ver o teor, por onde é que se ia, qual era o caminho daquilo ali, qual era o mote. Pra evitar exatamente a desconcentração: “Ainda falta fazer o vídeo, ainda falta fazer o vídeo”. Eu procurava ter logo uma conversa com a principal fonte, pedir pra pessoa dar logo um depoimento e depois eu ia fazer a pauta para o impresso. Comecei a me programar assim (JORNALISTA 9, 03 de novembro de 2010).

Tradicionalmente, no imaginário jornalístico, o domínio do ofício do impresso é identificado com a capacidade de escrever bem, e rápido, sobre qualquer assunto (TRAVANCAS, 2011, p. 71). No entanto, o uso de novos aparatos na rotina de trabalho complexifica o exercício profissional, fazendo com que a maestria não dependa apenas da boa escrita. Essa mudança de parâmetro de trabalho no impresso é significativa também para o exercício do jornalismo em outros suportes, pois, conforme observou Travancas (2011, p. 23), o jornalista dedicado à produção de conteúdos para veiculação em papel ocupa o lugar de modelo, de paradigma para outros profissionais, o que a autora confirmou em sua pesquisa junto a profissionais de impresso, rádio e TV.

O paradigma do impresso justifica-se pelo fato deste ter sido o primeiro suporte de veiculação de ideias de grande circulação utilizado pelo homem. Essa história secular do suporte tem um peso referencial, como destacam Salaverría e Negredo (2008), principalmente junto aos jornalistas mais tradicionais. No entanto, é a responsável também por preconceitos em relação ao trabalho realizado em outros meios e, principalmente, pelo comportamento de resistência ao uso das novas tecnologias no cotidiano da profissão.

Entre muchos periodistas, no por casualidad casi siempre los más veteranos, es frecuente encontrar un prejuicio negativo con respecto a los nuevos medios. El verdadero periodismo, dicen, solo se práctica en los periódicos. En su opinión, los demás medios actúan, en el mejor de los casos, como simples acólitos que siguen la estela periodística de los diarios o, peor aún, como escaparates del sensacionalismo y la banalidad (SALAVERRÍA E NEGREDO, 2008, p. 77).

No caso do DN, os jornalistas, pelo menos os mais velhos que participaram da pesquisa, não demonstraram a resistência de que falam os autores. No entanto, é notório na redação, por entre conversas informais, esse sentimento de que a expressão ideal do jornalismo está no impresso, e de certa hostilidade para com os jornalistas do online, sobretudo, aqueles que ingressaram na profissão por meio do webjornalismo, expressa em frases como: “eles não sabem nem escrever”. Essa mesma hostilidade já foi destinada a

jornalistas de TV, cujo trabalho para muitos profissionais do impresso era tido como “fácil” e “superficial”. Afirmações essas comuns, por exemplo, em coberturas de pautas em que jornalistas de diferentes meios se encontram.

Dessa forma, a introdução do celular multifuncional, conseqüentemente, desencadeará transformações nessas relações de dominação desenhadas no ambiente de trabalho. De acordo com Bourdieu (1989, p. 145), pode-se afirmar que os jornalistas dominantes possuem um capital simbólico. “Os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”. No caso dos repórteres do Diário, a desenvoltura na prática do jornalismo multimídia seria uma forma de potencializar o próprio capital simbólico e, conseqüentemente, distinguir-se dos demais situados no espaço da redação.

Bourdieu (1989, pp. 134-135) explica que o poder simbólico exercido pelos sujeitos irá depender dos diferentes tipos de capital acumulados por eles nos vários campos sociais no qual estão inseridos, dentre esses capitais, o simbólico é identificado pelo autor como “o prestígio, a reputação, a fama”. Durante a observação empírica, foi possível verificar que aqueles jornalistas capazes de gravar vídeos de boa qualidade para o conteúdo multimídia do jornal eram admirados, gozavam de prestígio em relação aos demais. Essa particularidade também se mostrou na fala de alguns entrevistados.

O jornalista 2, profissional que, à época da pesquisa desempenhava o papel de editor, mas que, enquanto repórter, exercitava a gravação do conteúdo audiovisual, reconhece que não tinha muita afinidade com a nova tarefa e elogia os repórteres com quem trabalha que demonstram essa habilidade:

No meu caderno, o repórter A usa bastante. O repórter B mais esporadicamente. Pro esporte tem um momento em que é interessante que é o momento da entrevista coletiva nos clubes, por que os clubes seguem a rotina do treinamento à tarde e quando dá umas 17h cada jogador vai para a coletiva. Vai um jogador um dia, noutro o técnico com o goleiro, noutro o preparador físico... Aí, o repórter está tranquilo e está gravando. O repórter A faz muito isso, ele grava a coletiva e vai muito pro site. Eu vejo que sempre fica na página inicial do *Diário* (JORNALISTA 2, 04 de novembro de 2010).

O jornalista 3, que também já produziu os vídeos, demonstra a mesma admiração e respeito por um colega que, em sua opinião, produz vídeos com qualidade:

Eu não tenho o hábito de assistir a esse conteúdo multimídia porque não tenho tempo. Tive curiosidade de ver só os vídeos feitos por um repórter específico, porque ela fazia bem, faz bem, você sabe que ele vai trazer um material legal. Aí, eu pegava ali no celular mesmo para ver, “me mostra, fulano”, dizia eu (JORNALISTA 3, 24 de outubro de 2010).

Na resposta do jornalista 2, o fato dos vídeos produzidos pelo repórter A ficarem na página inicial do site do jornal é uma forma de reconhecimento da qualidade do material e, conseqüentemente, da performance do repórter. Já o jornalista 3 é mais explícito ao reconhecer a qualidade da gravação dos vídeos de um dos colegas. No entanto, é o depoimento da chefe de reportagem do jornal, Erilene Firmino, que comprova enfaticamente como o ato de gravar os vídeos alterou o *habitus* de trabalho e se tornou capital simbólico para alguns repórteres.

Na hora de pautar a equipe para a cobertura factual dos acontecimentos, a chefe de reportagem levava em consideração os critérios de noticiabilidade convencionais ao campo do impresso e ainda a capacidade de que, durante a cobertura desse fato, o repórter tivesse condições de produzir também o material audiovisual. Nesse momento, ela toma como referencial a capacidade de saber gravar os vídeos por parte dos repórteres.

Ele saber manusear. Ele ter esse domínio do equipamento. Quando eu falo nesse domínio do equipamento não é só saber como funciona não. É ele saber utilizar a ferramenta, eu saber que ele é capaz de saber fazer o trabalho dele. Primeiro o trabalho dele de repórter de impresso bem e segundo o trabalho para o online bem também. É esse o critério que eu utilizo para que um repórter leve o celular para a pauta e produza um vídeo. Geralmente são pessoas mais novas, que estão começando ou então tem outras que estão há algum tempo e são abertas, então essas pessoas que estão há algum tempo e estão abertas, o material deles é muito bom. Além disso, depende da pauta, porque vai ser assim, a pauta que renda imagem. (ERILENE FIRMINO, 24 de outubro de 2010).

Quando a chefe de reportagem se refere a pessoas que “estão há algum tempo e são abertas” e que o material produzido por elas é bom, o que Firmino ressalta é exatamente que os profissionais com mais experiência, quando têm domínio do equipamento, são capazes de produzir bons conteúdos, tanto impressos quanto audiovisuais. Sendo assim, a conclusão a que chegamos é que o “saber-fazer” os vídeos é um capital simbólico agregado ao “saber-fazer” para o impresso e os profissionais que apresentam essa dupla competência passam a gozar do poder simbólico na redação.

Nesse caso, quando a chefe de reportagem, uma autoridade, reconhece o poder simbólico do repórter, está também construindo uma categorização (BOURDIEU, 1989, p. 116): jornalistas com dupla competência e jornalistas com competência única, voltada para o impresso. Contudo, vale ressaltar que, mesmo atendendo aos parâmetros estabelecidos pela chefia de reportagem, o capital simbólico desses repórteres não chega a ser suficiente para que ocupem o lugar de dominantes no espaço social da redação, pois a força histórica e tradicional do impresso prevalece, mas não podemos descartar que eles constroem um

diferencial por conta desse novo capital que irá influenciar no perfil e na identidade destes profissionais.

Novos habitus e novas posições identitárias

Para Bourdieu (1989, p. 142), há uma relação direta entre os jogos de classificação e a construção da identidade social dos sujeitos.

Este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social.

Com essa reflexão, o autor associa a identidade com a posição que os sujeitos ocupam no espaço social. Sob essa perspectiva, no espaço do jornalismo, encontramos diferentes posições identitárias relacionadas com os *habitus* vivenciados pelos repórteres em contextos diversos do exercício da profissão, vinculados à linguagem, ao suporte de veiculação, ao *modus operandi* da própria instituição, função ou cargo ocupado, dentre outras características particulares.

Com base nesses quesitos, identificamos assim cinco posições identitárias relacionadas ao exercício da profissão: jornalista de impresso, jornalista de rádio, jornalista de TV, jornalista online e assessor de imprensa.

Essas posições identitárias, no entanto, não são excludentes, mas relacionais, afinal, é comum um profissional trabalhar em um expediente no jornal, por exemplo, onde ocupa a posição identitária de jornalista de impresso e, em outro período, atuar como assessor de imprensa em uma instituição pública ou privada, assumindo assim nova posição identitária. Da mesma forma, pode comportar níveis menores de especificidades.

Esse “passeio” por diferentes posições identitárias no campo do jornalismo está relacionado com o deslocamento dos sujeitos na modernidade tardia (HALL, 2006). Com base no conceito de deslocamento de Ernest Laclau (1990), Stuart Hall (2006) observa que a identidade dos sujeitos não é construída em torno de um conjunto de símbolos e discursos estáveis. Na verdade, cada indivíduo se desloca por entre diferentes campos sociais adequando seu repertório social a cada situação, que podem entrar em conflito ou se relacionarem de modo harmônico. “O deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos” (HALL, 2006, p. 18).

No caso dos jornalistas do Diário do Nordeste, verificamos um deslocamento da posição identitária do impresso para a posição identitária de jornalista multimídia. Contudo, esse percurso se processa de forma conflituosa, mesmo para aqueles que assumidamente compactuam com a proposta posta em prática pela empresa. Isso se deve, sobretudo, porque a posição de jornalista multimídia é uma invenção recente no campo profissional, portanto, sem um conjunto de práticas definido e reconhecido por todos os jornalistas em atuação no campo, diferente do impresso, cujas regras, normas e vivências ganharam o estatuto de tradicionais dada sua construção histórica.

É interessante ressaltar que, mesmo a posição identitária de impresso não é homogênea. Nela, os jornalistas ainda encontrarão um leque de particularidades que promoverão a diferenciação entre os próprios sujeitos. O caderno, a editoria, a função e o cargo assumidos proporcionarão um *habitus* diferenciado em relação aos colegas de outros veículos ou do mesmo ambiente de trabalho. Os repórteres partilham de características comuns, enquanto aos editores são requeridas outras atribuições. Assim como o repórter de impresso do caderno de economia possui conhecimentos que podem não interessar ou fazer parte do universo de trabalho de um repórter da área de saúde.

Contudo, vale lembrar que, independente dessas microdiferenciações, todos estão inseridos no campo do jornalismo impresso, portanto, comungam de um conjunto de regras de ação que norteiam a profissão independente do tipo de veículo (jornal de grande circulação, revista, jornal comunitário, etc.). Da mesma forma que é possível estabelecer níveis de diferenciação micros para as outras cinco posições identitárias citadas anteriormente, também se deve levar em consideração que há elementos comuns a essas posições que caracterizam o campo jornalístico como um todo e compõem o que são considerados pelos profissionais como um conjunto basilar de regras, normas, orientações, preceitos e códigos que identificam o jornalismo em si, diferenciando-o de outras profissões sociais.

Ciro Marcondes Filho (2009, p. 57) confirma essas diferenciações ao afirmar que a categoria jornalística é diversificada e múltipla e, ao mesmo tempo, enfatiza que há valores jornalísticos que podem ser considerados universais para a profissão. Hall (2006) reconhece que mesmo diante da fragmentação das identidades, os sujeitos precisam de elementos de identificação universais que façam com que criem vínculos de pertencimento a um grupo ou comunidade. O autor desenvolve essa análise em relação à identidade nacional que, apesar

de ter sido enfraquecida com a globalização cultural, desponta ainda como um referencial de identificação e pertencimento forte (HALL, 2006, p. 76).

Da mesma forma, a manutenção de uma identidade de jornalista universal, constituída em torno de valores como objetividade, transparência, liberdade, missão democrática e serviço público (MARCONDES FILHO, 2009 e TRAVANCAS, 2011) continuará existindo por conta de seu papel agregador e lugar seguro para esses jornalistas à deriva entre a multiplicidade de posições identitárias e entre as mudanças no cotidiano, no *habitus* da profissão com as quais precisam lidar.

O que podemos observar com o caso do Diário é que houve uma reestruturação do *habitus* dos repórteres motivada pelas novas tecnologias e novas práticas associadas ao seu uso. Essa transformação levou alguns sujeitos a ocuparem duas posições identitárias diferentes simultaneamente: uma voltada para o impresso e outra para o audiovisual, associada à tarefa de gravar vídeos. Ao longo da pesquisa, consideramos como jornalistas multimídia os profissionais que conseguem transitar com desenvoltura por entre essas duas posições identitárias. Contudo, a ausência de um *habitus* próprio, de regras e códigos institucionalizados que guiem o exercício da produção multimídia faz com que muitos jornalistas, conforme observamos em seus depoimentos, sintam-se inseguros ainda para definirem-se como profissionais multimídia.

Portanto, o posicionamento em torno da identidade de jornalista de impresso é uma forma dos profissionais se sentirem seguros e o fortalecimento dessa posição identitária, por meio da diferenciação que relega os diferentes, os multimídia, para o lugar da inferioridade, baseada em princípios clássicos e tradicionais do jornalismo, acaba gerando uma hierarquia na qual os jornalistas de impresso são os dominantes e os multimídia ficam assim na posição de dominados.

Os jornalistas do DN preservam e defendem a superioridade da posição identitária de impresso em relação à de profissional multimídia para não perderem o status, no plano simbólico e, conseqüentemente, garantirem a materialidade da profissão. Ou seja, atribuir mais valor à posição de jornalista de impresso é uma forma de garantir a permanência na instituição e no mercado de trabalho, afinal, como pontua Travancas (2011), as transformações editoriais e também de cunho tecnológico no ambiente jornalístico geram, de forma imediata, o acúmulo de funções e, em longo prazo, demissões.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In MORAES, Denis (org). **A sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia** – verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora** – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2ª reimpressão, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios**. São Paulo: Publifolha, 2009.
- SALAVERRÍA e NEGREDO, Ramón e Samuel. **Periodismo integrado** – convergencia de medios y reorganización de redacciones. Universidade de Navarra, Espanha, 2008.
- SILVA, Fernando Firmino da. Jornalismo e tecnologias de mobilidade: conceitos e configurações. In **II Simpósio Nacional de Pesquisadores em Cibercultura – ABCiber**, realizado entre os dias 10 e 13 de novembro de 2008, na PUC-SP. Disponível em <http://jornalismomovel.blogspot.com>. Acessado em 15 de agosto de 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 4ª ed, 2011.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença; uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.